

Artigo

Reconstrução



**ABRAM
SZAJMAN**

A pandemia resultante da covid-19 caracteriza-se como a mais abrangente e complexa crise da história da humanidade. Os contornos de seus desdobramentos permanecem envoltos pela incerteza, mas não há dúvidas de que serão profundas as transformações sobre hábitos e padrões sociais.

Problemas preexistentes, como as precárias condições de vida de expressivas parcelas da população brasileira, foram agravados a ponto de exigir do Estado uma inédita injeção direta de recursos para assegurar a sobrevivência daqueles que se viram repentinamente privados de renda.

Desde o primeiro momento em que a doença se manifestou, ocorreram erros estratégicos no plano mundial. Ao qualificarem o fenômeno como pandemia, as entidades internacionais de saúde não conseguiram estimular os governos a tratar o problema de forma coordenada. O que se viu foi um “salve-se quem puder” global, frontalmente oposto à imprescindível cooperação que deveria se guiar pelo princípio de que ninguém está seguro até que todos o estejam.

Esse desencontro se repetiu, infelizmente, em nível interno nos países mais afetados, com uma agravante: aquilo que visivelmente era uma questão de saúde pública tornou-se objeto de disputas partidárias e ideológicas incompatíveis com a gravidade do momento.

Enquanto se brigava na cabine de comando, o navio ficou à deriva. A população, na ausência de sinalização única e clara por parte das lideranças, dividida, ficou entregue à própria sorte. Em vez da ação conjunta dos Poderes da República e dos três níveis de governo, pautada pela ciência e conduzida por especialistas, assistimos a uma guerra de opiniões que se alastrou pela sociedade, produzindo dissensão e dispersão no lugar da coesão e do consenso.

O resultado é o atual cenário de terra arrasada. Além de enterrar os mortos e confortar parentes, é nosso dever social salvar as vidas que puderem ser salvas, sustentar os trabalhadores e suas famílias, dar alento aos pequenos negócios

para que se mantenham, aliviando ao menos os encargos e a burocracia que os sufoca.

Quando a tempestade amainar, será difícil avaliar os imensos danos materiais e o retrocesso no padrão de vida das pessoas, que agravará ainda mais a desigualdade crônica existente em nosso país.

Uma coisa é certa: não se trata de retomada, pois não haverá continuidade; trata-se de reconstruir com base em outros princípios. Assim como a comunidade internacional deve assumir seus erros – e estar preparada para atuar sempre, de forma articulada, por meio de um pacto universal em defesa da humanidade – é preciso que no Brasil tenhamos a grandeza de promover a união nacional acima de outros interesses.

A tarefa de reconstruir requer planejamento, pois demanda providências econômicas, políticas e sociais diferentes daquelas a que costumávamos recorrer antes que nosso mundo fosse virado pelo avesso. Não podemos mais seguir ignorando as forças da natureza que hoje se voltam contra nós. Sair da armadilha que criamos exige não cometer mais os mesmos erros.

Precisamos promover a união nacional e não cometer mais os mesmos erros

Setores profundamente afetados tanto pela pandemia como pelos equívocos cometidos no seu enfrentamento, o comércio e os serviços não deixarão cair a bandeira da esperança. Queremos ser parte do debate para pensar coletivamente uma nova economia e uma agenda de futuro, num esforço para o qual convocamos os demais segmentos econômicos e sociais. Os poderes públicos precisam agir com mais eficiência e menos custo para os contribuintes. Articular esse movimento de reconstrução é uma tarefa urgente. A sobrevivência das pessoas e das empresas depende de olharmos todos para a frente e avançarmos no mesmo rumo.



PRESIDENTE DA **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMERCIO SP)**, ENTIDADE QUE REGE O SESC-SP E O SENAC-SP NO ESTADO.